

digitized

F-931

AP

PLANEJAMENTO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO



BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL **BNDES**

ÁREA DE PLANEJAMENTO

PLANO ESTRATÉGICO DO SISTEMA BNDES
F-0931



045106010



AP/COPEL

BD OK

AC: 045106

PLANO ESTRATÉGICO
DO SISTEMA BNDES

QUILNIO 1985/1987

Área de Planejamento
Departamento de Planejamento
Dezembro de 1984

ÍNDICE

I	- APRESENTAÇÃO	1
II	- AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA	4
III	- A MISSÃO INSTITUCIONAL E AS POLÍTICAS GERAIS DO SISTEMA BNDES	16
IV	- A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E OS OBJETIVOS DO SISTEMA BNDES PARA O PRÓXIMO TRIÊNIO	21
V	- ESTRATÉGIA DE AÇÃO	27
VI	- DIRETRIZES PARA AÇÃO	32
	1. Diretrizes Setoriais	32
	2. Diretrizes para a Ação na Área Social	40
VII	- RECURSOS E APLICAÇÕES	43

I - APRESENTAÇÃO

Ao adotar o Planejamento Estratégico para programar suas ações para o futuro próximo, o Sistema BNDES fez uma análise sistemática sobre seu ambiente interno e sobre o ambiente social e econômico no qual atua.

O Sistema BNDES, no cumprimento de sua Missão institucional, deve ser um agente do desenvolvimento. Ao longo de sua existência consubstanciou um conjunto de Políticas coerente com o atendimento desta missão: apoiar a industrialização como motor básico do desenvolvimento; ser um agente de mudanças e de modernização da economia; apoiar o empresariado nacional; induzir ao uso de recursos internos e à geração de tecnologia nacional; e fazer com que o processo de desenvolvimento resulte no aumento do emprego e na atenuação dos desequilíbrios regionais.

Com a criação do FINSOCIAL, do qual é administrador, cresceram as responsabilidades do BNDES na área social, no sentido de apoiar os serviços básicos para o atendimento das faixas mais carentes da população.

No período recessivo recente, em que a restrição externa afigurava-se um obstáculo intransponível, agravaram-se as condições sociais, e parecia ameaçada a própria sobrevivência do parque industrial. Na análise das condições objetivas desta fase da economia brasileira, adotou-se como norma a procura de oportunidades para a superação da crise, resultando desta postura o documento intitulado "Cenários para a Economia Brasileira, 1984/1990", concluído em junho de 1984, onde ficou demonstrada a viabilidade da retomada do desenvolvimento econômico e social.

Dentro desta perspectiva, o Sistema BNDES elaborou um Plano Estratégico, abrangendo os três próximos anos, onde foi defini

da sua ação específica, no âmbito de atuação que institucionalmente lhe cabe. Evidentemente, este Plano não cobre todos os campos necessários para a retomada econômica e social, muitos dos quais são da competência de outras instituições.

A estratégia ora proposta procura ser abrangente, dado o alto grau de integração da economia, e visa a elevação do patamar do nosso desenvolvimento. Embora não se prevejam grandes projetos industriais, há setores novos em processo de implantação que deverão contar com importante apoio, quais sejam os setores tecnológicos de ponta. Nos demais setores a modernização das instalações será estimulada, visando ganhos de produtividade, e os investimentos para expansão serão apoiados, para evitar gargalos em unidades com capacidade instalada ocupada. Será fomentado o desenvolvimento tecnológico das empresas nacionais, pelo estímulo à difusão de novas tecnologias.

Outra importante frente de investimento para a retomada são as novas fronteiras agrícolas, nas quais se buscam um salto quantitativo na produção, estagnada há alguns anos, e um rápido aumento da oferta interna de alimentos, a preços baixos, visando melhorar o padrão alimentar da população.

Os investimentos em infra-estrutura serão apoiados pelas possibilidades que apresentam de redução dos custos de transporte e armazenamento de produtos agrícolas e evolução da infra-estrutura urbana, com a conseqüente melhoria das condições de vida. Estes investimentos se justificam ainda pelos expressivos efeitos que têm sobre o conjunto da economia e pela redução do consumo de energia.

No âmbito de atuação do BNDES no FINSOCIAL, a estratégia básica é ampliar qualitativa e quantitativamente a oferta de serviços sociais básicos à população mais carente. Serão beneficiados os programas que visem aspectos específicos e urgentes de comunida

des ou grupos sociais carentes e os programas relativos à saúde , à educação e à alimentação.

O último elemento formal do Plano Estratégico estabelece as Diretrizes de ação a serem seguidas por todo o Sistema BNDES , tendo em vista sua Missão, os Objetivos e as Estratégias correspondentes. As Diretrizes foram estabelecidas para cada setor econômico e social, orientando a postura institucional e dando normas gerais quanto ao tipo de investimento a apoiar.

Este Plano, resultado de um processo de Planejamento iniciado em meados de 1983, é oferecido a debate a todos os segmentos interessados e deverá ser anualmente revisto, para adaptar-se às diretrizes governamentais, refletir a experiência de sua aplicação e as contribuições recebidas.

II - AVALIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA1 - Desempenho Recente da Economia Brasileiraa) A mudança estrutural

Os resultados que se materializaram nos primeiros anos da década de 80 revelam uma profunda mudança estrutural na economia brasileira. Observa-se uma redução considerável no coeficiente global de importações, em relação à década de 70.

Tabela 1
COEFICIENTES DE IMPORTAÇÃO

ANO	COEFICIENTE DE IMPORTAÇÃO
1979	11,6
1980	10,7
1981	9,4
1982	8,5
1983	7,4

FONTE: IBGE

Alguns fatores explicam os resultados apresentados. Inicialmente, há que se considerar a maturação, neste início da década, de grandes projetos nas áreas de insumos básicos, originários dos investimentos realizados a partir de meados da década de 70. De fato, os projetos de implantação, ampliação ou modernização em setores como não-ferrosos, química e petroquímica, papel e celulose, fertilizantes e siderurgia puderam reduzir drasticamente as importações e, em alguns casos, ampliar ou iniciar as exportações.

Tabela 2

BALANÇA COMERCIAL DE SIDERURGIA E NÃO FERROSOS

US\$ Milhões

ANO	PRODUTOS SIDERÚRGICOS			METAIS NÃO FERROSOS		
	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO
1979	435	783	348	639	112	(527)
1980	526	913	387	788	128	(660)
1981	584	1.056	472	481	191	(290)
1982	297	1.023	726	404	158	(246)
1983	139	1.646	1.507	152	441	289

FONTE: CONSIDER - Anuário Estatístico de 1983

Em paralelo aos investimentos em insumos básicos, também o parque produtor de bens de capital não só aumentou sua capacidade instalada como se diversificou amplamente. Merece especial destaque a implantação do sofisticado sub setor de bens de capital sob encomenda capaz, em 1983, de exportar cerca de US\$700 milhões. Com relação ao sub setor de bens de capital seriados, os segmentos mais desenvolvidos foram os produtores de máquinas-feramentas e de máquinas agrícolas. Em síntese, ainda que o processo recessivo explique parte da queda nas importações, o setor, pela elevada capacidade ociosa hoje disponível, possibilita ao país a realização de novos programas de investimentos sem provocar grandes pressões na balança comercial.

Tabela 3

BALANÇA COMERCIAL DO SETOR DE BENS DE CAPITAL

US\$ Milhões

ANO	BENS DE CAPITAL (NBM CAP. 84 a 89)			BENS DE CAPITAL SOB ENCOMENDA		
	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	SALDO
1979	4.041	2.420	(1.621)	1.321	384	(937)
1980	4.686	3.353	(1.333)	1.624	529	(1.095)
1981	4.304	4.178	(126)	1.637	742	(895)
1982	3.500	3.323	(177)	972	696	(276)
1983*	2.485	3.300	815	680	700	20

FONTE: CDI - Relatório Anual de 1983

* Estimativa do CDI

As alterações no setor energético, que conduziram a uma notável redução nos dispendêndios de divisas com petróleo e seus derivados, são outro aspecto de fundamental importância. Enormes investimentos foram realizados, voltados a três objetivos: aumento da produção interna de petróleo, alteração na matriz energética visando reduzir a participação relativa do petróleo e redução do consumo total de energia por unidade de produto. Como resultado, em 1983 o consumo total de energia por unidade de produto foi 12% menor que o de 1979. Os investimentos voltados à alteração da matriz energética visando substituir petróleo por fontes alternativas como álcool, carvão, eletricidade e gás fizeram com que o consumo de petróleo por unidade de produto em 1983 fosse 17% inferior a 1979. Os vultosos investimentos realizados em exploração e produção pela PETROBRÁS elevaram a produção nacional de petróleo de 171 mil barris/dia em 1980 para 339 mil barris/dia em 1983. Ao encerrar o primeiro semestre de 1984 a produção interna diária já havia atingido 500 mil barris.

Tabela 4

ALTERAÇÕES NO SETOR ENERGÉTICO

ANO	INDICE DO CONSUMO APARENTE DE ENERGIA/PIB (1980=100) (1)	INDICE DO CONSUMO APARENTE DE PETRÓLEO/PIB (1) (1980=100)	PRODUÇÃO INTERNA DE ÓLEO CRU (2) (10 ³ barris/dia)	IMPORTAÇÕES DE ÓLEO CRU (2) (10 ³ barris/dia)
1979	110	111	171	1.000
1980	100	100	187	871
1981	97	96	220	841
1982	96	93	268	793
1983	97	92	339	729

FONTE: SEPLAN (1)

BACEN (2)

Estas modificações estruturais foram decisivas para que, a partir de 1981, a balança comercial do país se tornasse superavitária, comportamento diferente do usualmente encontrado na

década de 70. Os superávits, se analisados de forma agregada, de vem-se à notável queda nas importações, as quais, em termos reais, se reduziram, em 1983, a praticamente 50% das realizadas em 1980. Neste período, o aparelho produtivo teve condições para acelerar a substituição de importações e continuar operando, ainda que a níveis mais baixos.

b) O desempenho das exportações

As exportações, que cresceram ininterruptamente durante 14 anos, a uma taxa média anual superior a 20% a.a., apresentaram uma reversão em 1982, quando ocorreu uma redução de 13,4% em relação ao ano anterior. É de se notar que os mercados que mais se estreitaram para o Brasil foram os de países do Terceiro Mundo e da Europa Oriental, que também passaram por dificuldades em 1982. As exportações para os países desenvolvidos também se reduziram, mas de forma menos significativa. Em 1983 as exportações brasileiras voltaram a crescer e os dados do primeiro semestre de 1984, quando as vendas externas superaram em 23,2% as realizadas em igual período de 1983, indicam uma aceleração desta tendência.

Tabela 5

INDICADORES DO SETOR EXTERNO DA ECONOMIA BRASILEIRA 1980/1983

ANO	EXPORTAÇÕES	COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÕES	US\$ Milhões	
				SALDO DA BALANÇ A COMERCIAL	SALDO DA BALANÇ A DE TRANSAÇÕES CORRENTES
1979	15.244	6,5	17.961	- 2.717	- 10.742
1980	20.132	7,6	22.955	- 2.823	- 12.807
1981	23.293	9,5	22.091	1.202	- 11.717
1982	20.175	8,6	19.395	780	- 14.755
1983	21.899	10,5	15.429	6.470	- 6.171

FONTE: BACEN, IBGE

Os saldos da balança comercial não foram contudo capazes, até 1983, de resolver o problema do balanço de pagamentos do Brasil. O balanço de transações correntes permaneceu, tal como na década anterior, deficitário. Nos anos recentes este deficit explica-se pelos elevados saldos negativos que vêm sendo apresentados pela balança de serviços, onde a maior parte das despesas registradas refere-se a pagamento de juros. Este elevado montante deve-se à incidência das altas taxas de juros internacionais sobre uma dívida que cresce aceleradamente.

Tabela 6

DÍVIDA EXTERNA E TAXAS DE JUROS INTERNACIONAIS

ANO	DÍVIDA BRUTA REGISTRADA (US\$ Milhões)	LIBOR (6 meses) % a.a.	
1979	49.904	14	3/4
1980	53.847	16	7/16
1981	61.411	14	15/16
1982	70.198	9	1/2
1983	81.319	10	3/16

FONTE: BACEN

c) Os resultados macro econômicos

O desempenho quantitativo da economia brasileira nos primeiros anos da década de 80 foi o pior desde 1947, quando começou-se a calcular as contas nacionais. Em termos reais, o PIB de 1983 retrocedeu a níveis inferiores aos de 1980 e o PIB per capita tornou-se inferior ao de 1977. Nesse processo prepondera a sensível queda do nível de investimentos, conforme se expressa pela participação da Formação Bruta de Capital Fixo no PIB, atualmente bem abaixo dos percentuais atingidos nos anos 70 - quando por seis vezes consecutivas superou a casa dos 25%. A inflação, por sua vez, situa-se em patamares bem mais elevados.

Tabela 7

INDICADORES DA ECONOMIA BRASILEIRA 1979/1983

ANO	VARIAÇÃO DO PIB REAL	VARIAÇÃO DO PIB REAL PER CAPITA	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FI- XO COMO % DO PIB
1979	6,4	3,8	22,3
1980	7,2	4,6	21,8
1981	- 1,6	- 4,0	21,2
1982	0,9	- 1,5	21,2
1983	- 3,2	- 5,5

FONTE: IBGE; FGV

Analisando-se os diferentes ramos de atividade, verifica-se que a retração é preponderante na Indústria, cujo produto real retrocedeu, em 1983, a níveis inferiores aos de 1979. A agricultura, ainda que mostre um desempenho melhor, apresenta um comportamento irregular. No setor Serviços os resultados também são irregulares, merecendo atenção especial o nível de desempenho apresentado pelo setor de intermediação financeira.

Tabela 8

ÍNDICES DE PRODUTO REAL SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE

1980 = 100

ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
1979	94,1	92,7	93,6	90,8	90,7
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	106,4	94,5	97,2	100,2	108,2
1982	103,7	95,1	98,2	105,8	112,9
1983	106,0	88,6	94,7	105,7	117,0

FONTE: IBGE

Ao se analisar especificamente a indústria de transformação verifica-se que, para todas as categorias de uso consideradas, a produção em 1983 foi muito inferior à apresentada em 1980, sendo possível, portanto, encontrar consideráveis margens de capacidade ociosa. Apesar do notável esforço de adaptação à situação de crise, que se traduz principalmente na tentativa de reduzir o grau de endividamento, na racionalização da produção e das práticas administrativas, na busca de maior abertura para o exterior e na postergação de investimentos, a situação de muitas empresas apresenta-se ainda difícil.

Tabela 9

ÍNDICES DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO POR CATEGORIA DE USO

ANO	GERAL	BENS DE CAPITAL	BENS INTERMEDIÁRIOS	1980=100		
				BENS DE CONSUMO		
				GERAL	DURÁVEIS	NÃO DURÁVEIS
1979	92,8	93,9	92,3	94,3	90,0	95,1
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1981	90,2	81,0	89,4	93,6	73,7	97,1
1982	90,6	72,3	89,8	96,1	79,6	98,8
1983	85,4	57,7	87,1	91,3	76,4	93,7

FONTE: BACEN ;DEPLAN

Merece especial citação o setor produtor de bens de capital, onde a queda da produção foi mais acentuada e as margens de capacidade ociosa são muito grandes. O setor é constituído de empresas que se expandiram e se modernizaram durante a segunda metade da década de 70 e, ao terminarem seus projetos, defrontaram-se com uma redução na demanda muito superior ao total da redução da demanda agregada. Por integrarem um indústria nascente, particularmente o setor de bens de capital sob encomenda, sua situação é bastante crítica, e para muitas delas a questão no momento é a própria sobrevivência.

d) O comportamento da inflação

No período em análise a inflação passou por dois momentos claramente definidos. No primeiro, ela elevou-se em 1980 para o patamar dos 100%, onde permaneceu por 3 anos. Em 1983, sofreu nova brusca elevação, atingindo nível acima dos 200%, onde vem-se mantendo ao longo de 1984. O primeiro momento esteve apoiado no que se convencionou chamar o segundo choque do petróleo. O segundo momento está basicamente associado a dois fatores: a máxima desvalorização do cruzeiro, que elevou o preço relativo de todos os produtos importados, e a frustação da safra agrícola que, aliada ao aumento do preço internacional de alguns produtos exportáveis, elevou drasticamente o preço dos produtos deste setor. Em 1983 os preços agrícolas se elevaram em 336%, ao passo que os preços industriais se elevaram em 201%. Estes momentos foram amplificados pela recessão, tendo em vista que os setores industriais os mais atingidos - operaram a custos diretos crescentes com a queda da utilização de capacidade e, em especial os setores oligopolizados, aumentaram suas margens unitárias de lucro, de forma a compensar a redução da produção e da receita.

Tabela 10

VARIAÇÃO NO IGP (DI)

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983
Variação em %	77,2	110,2	95,2	99,7	211,0

FONTE: FGV

2 - A Situação Sociala) Emprego

Entre os problemas sociais que são agravados pela crise destaca-se a questão do emprego. Os dados disponíveis indicam um agravamento a partir de 1981, que perdurou até 1983. O índice

de pessoal ocupado na produção industrial do IBGE mostra que, a se comparar 1983 com 1980, a redução foi de aproximadamente 19%. Os dados de emprego do SINE também indicam significativa redução: em 1983, o índice de emprego em São Paulo era 16% inferior à média de 1980, e no Rio de Janeiro 13% inferior. Se considerarmos que anualmente aumenta o contingente de pessoas em busca de emprego, conclui-se que a situação é ainda mais grave do que os dados indicam.

Tabela 11

INDICADORES DE EMPREGO

1980 = 100

ANOS	ÍNDICE DE EMPREGO INDUSTRIAL (ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO)	MÉDIA ANUAL DO ÍNDICE DE EMPREGO DO SINE	
		SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO
1979	96,5	99,9	100,1
1980	100,0	100,0	100,0
1981	93,0	93,7	96,2
1982	87,3	90,2	93,1
1983	...	85,9	89,0

FONTE: IBGE, SINE

b) Alimentação

Outro fator importante a acentuar os problemas sociais, especialmente junto às camadas de renda mais baixa, é o item alimentação (mais de 60% dos dispêndios das famílias que auferem até 2 salários mínimos) que, a partir de 1982, sofre elevação de preços a taxas superiores aos índices de reajustes salariais.

Ademais, em 1975, pesquisa da ENDEF indicava que 67% da população brasileira apresentavam déficit alimentar. Do ponto de vista do estado nutricional, estima-se que, em 1980, cerca de 12 milhões de crianças em idade pré-escolar apresentavam desnutrição de 1º, 2º e 3º graus, sendo que desse total, 6,2 milhões eram portadores de desnutrição moderada e grave.

Segundo dados da FIBGE, para os dois produtos de mais amplo consumo popular, arroz e feijão, a produção per capita em 83 representou 65% e 43% da obtida em 1965, respectivamente.

Entre 1977 e 1984, enquanto a produção per capita de um conjunto selecionado de alimentos básicos (arroz, feijão, milho, mandioca e batata) apresentava queda de 11,8%, a produção de bens agrícolas exportáveis e energéticos (cana) revelou crescimento de 11,2% e 74%, respectivamente.

c) Saúde

As condições de saúde da população brasileira compõem um quadro bastante diversificado. Mesmo assim, pode-se afirmar, apesar da precariedade dos dados disponíveis, que os indicadores de morbi-mortalidade são, em termos gerais, extremamente desfavoráveis.

Em 1980, a taxa de mortalidade infantil situava-se ainda em patamares elevados, atingido como média nacional, a faixa dos 80 óbitos por 1.000 crianças nascidas vivas, verificando-se variações significativas a nível regional, ultrapassando os 100 óbitos por 1.000 nascidos vivos em determinados locais. É nas regiões economicamente mais deprimidas que se concentram os mais baixos níveis de saúde.

No Nordeste, os óbitos em menores de um ano, em 1980, representaram 34,6% do total, enquanto a média do país foi de 24,1%. Na região Norte este percentual foi de 31,7%.

Em relação à morbidade, são ainda elevadas, no País, as prevalências das doenças infecciosas e parasitárias e das doenças endêmicas, incluindo-se entre estas a malária, chagas e esquistossomose.

Observa-se que, enquanto no Nordeste e Norte cerca de 25% de todos os óbitos naquele ano se deveram a doenças infecto-contagiosas e parasitárias (difteria, sarampo, coqueluche, tuberculose, enterites e outras), no Sul, este percentual foi de apenas 8%. Nas regiões Sudeste e Sul a maior parte dos óbitos ocorridos - cerca de 35% - se deve a doença do aparelho circulatório.

Dentre os fatores vinculados ao setor saúde que contribuem para o quadro apresentado, pode-se citar a deficiente infraestrutura de saneamento básico, sobretudo aquela vinculada a abastecimento d'água e destino de dejetos para a população de baixa renda. Segundo dados do IBGE, verifica-se que em 1982 apenas cerca de 61% dos domicílios contavam com rede geral de abastecimento d'água e 28% com rede geral de esgoto sanitário.

d) Educação

De acordo com o Censo de 1980, cerca de 30% da população economicamente ativa do Brasil possuíam menos de um ano de escolaridade, ou mesmo nenhuma instrução. A taxa de analfabetismo dos maiores de 15 anos, por sua vez, situava-se em 26%, o que correspondia a cerca de 19 milhões de analfabetos no País.

Registram-se também elevados índices de repetência e evasão escolar. A perda na passagem da 1a. para a 2a. série do 1º grau é de 50%, chegando à 4a. série apenas cerca de 32% do total inicial dos alunos. À 8a. série chegam 18% dos alunos matriculados no 1º ano.

Tabela 12

ÍNDICES DE SOBREVIVÊNCIA ESCOLAR AO LONGO DAS SÉRIES DO 1º GRAU

PERÍODO	1a. série	2a. série	3a. série	4a. série	5a. série
1972/ 1979	100	45	36,1	32,1	18,4

FONTE: SEEC/MEC

Em relação à educação pré-escolar, o atendimento à população de 0 a 6 anos de idade é ainda reduzido, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Estima-se que, em 1980, das 22,3 milhões de crianças nessa faixa etária, 60% das quais provenientes de família de baixa renda, apenas cerca de 5% recebiam alguma forma de atendimento.

Finalmente, ainda na área de assistência à infância, a CPI do Menor, de 1975, indicou a existência de mais de dois milhões de menores abandonados e de mais de quinze milhões de crianças na condição de menor carente, quadro este da maior gravidade.

III - A MISSÃO INSTITUCIONAL E AS POLÍTICAS GERAIS DO
SISTEMA BNDES

O BNDES foi criado como um agente do desenvolvimento econômico, missão que permanece e tem sido reafirmada periodicamente. A ela veio agregar-se recentemente uma nova missão, a de ser também um agente do desenvolvimento especificamente social, com a responsabilidade de apoiar programas de caráter assistencial, com recursos não reembosáveis.

Historicamente, o seu principal instrumento de atuação, no que se refere ao desenvolvimento econômico, tem sido o crédito de longo prazo para investimento, sendo que durante um longo período, que abrange toda a década de 50 até a segunda metade dos anos 60, foi o BNDES praticamente a única instituição financeira a aportar recursos nestas condições.

Esta característica exigiu sempre do BNDES uma visão de longo prazo das questões econômicas nacionais e a identificação permanente dos problemas estruturais e pontos de estrangulamento a serem superados, bem como de setores-chave para aplicação de recursos visando ao desenvolvimento econômico.

Ao longo de sua existência o BNDES foi afirmando determinadas políticas de atuação, as quais vêm norteando de forma permanente suas atividades:

1) A industrialização é o motor básico do desenvolvimento. O BNDES não só tem agido no sentido de evitar qualquer possível processo de redução do grau de industrialização pelo fechamento de empresas-chave e de setores estratégicos, como deve agir no sentido de dar continuidade ao processo de industrialização do país.

Em grandes linhas, os objetivos específicos de ação do BNDES acompanham os passos da industrialização brasileira, inicialmente implementando programas de transporte e geração de ener-

gia elétrica, seguidos de um forte apoio à produção siderúrgica.

No sentido de apoiar o setor de Bens de Capital já implantado no país, foi criada a FINAME, cuja atuação no financiamento à comercialização de máquinas e equipamentos teve importante papel no aumento do índice de nacionalização e na consolidação do setor.

Mais adiante, o BNDES apoiou também o setor de bens de consumo duráveis e, mais recentemente, esteve na linha de frente do projeto nacional de formação de parque industrial nos setores de insumos básicos e de bens de capital, com destacado papel nos setores químico e petroquímico, siderúrgico, metalurgia de não ferrosos e bens de capital sob encomenda.

2) O BNDES é um agente de mudanças.

A sua ação inovadora tem sido abrangente. Inovou em modalidades e condições de financiamento, nos métodos operacionais, através de uma administração especializada e descentralizada, formando o Sistema BNDES, e ao utilizar-se de uma ampla rede de agentes repassadores de recursos. Pioneira também foi a adoção pelo Banco de modernas técnicas de decisão, mediante a análise de projetos e planejamento setorial.

Além disso, inovou ao criar o programa FUNTEC, um dos responsáveis pelo surgimento e desenvolvimento de inúmeros centros de pós-graduação e de pesquisas tecnológicas no país, bem como apoiou o desenvolvimento e a implantação de projetos de tecnologia sofisticada e dos setores de ponta.

3) O desenvolvimento necessita de um forte empresariado nacional.

O Sistema BNDES tem pautado sua atuação pela busca permanente de apoio à constituição e desenvolvimento de empresas nacionais capazes de garantir a ocupação dos espaços econômicos, possibilitando um desenvolvimento independente e comandado internamente.

Neste sentido, o BNDES criou mecanismos específicos de apoio, em alguns casos altamente inovadores, como o FINAC, financiando ao acionista, e as suas subsidiárias voltadas para a participação acionária, hoje agrupadas na BNDESPAR, com a finalidade de colaborar na capitalização das empresas privadas nacionais.

- 4) O crescimento industrial deve ser baseado no aproveitamento dos recursos internos e no desenvolvimento de uma tecnologia nacional.

Assim sendo, o Sistema BNDES tem apoiado fortemente a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do País, permitindo uma importante substituição de importações de insumos tanto para os setores industrial e agrícola, como para substituição de fontes energéticas. Por outro lado, além do apoio tecnológico já referido, o Sistema BNDES agiu no sentido de viabilizar o desenvolvimento interno de moderna tecnologia, apoiando, quando necessário, também a absorção e adaptação de tecnologias importadas, buscando capacitar o país a acompanhar o desenvolvimento mundial neste setor.

- 5) O desenvolvimento deve resultar no aumento do emprego e na atenuação dos desequilíbrios regionais.

Neste sentido, o Sistema BNDES estabeleceu condições de apoio diferenciadas favorecendo as regiões menos desenvolvidas, em especial o Nordeste e o Norte, bem como tem procurado promover a interiorização do processo de industrialização e o apoio a empreendimentos geradores de emprego em regiões carentes. Atualmente novas perspectivas se abrem para a atuação do Banco na questão regional não só pela aplicação dos recursos do FINSOCIAL na melhoria dos serviços sociais das regiões deprimidas como pelo apoio à ocupação de áreas pioneiras pela moderna agricultura.

Com estas políticas de atuação, o Sistema BNDES exerceu um importante papel na consolidação da infra-estrutura urbana e rural, na implantação e desenvolvimento de novos setores produtivos, no fortalecimento do capital nacional e no desenvolvimento tecnológico interno.

Apesar disso, o Sistema BNDES tem tido sua importância relativa reduzida dentro da institucionalidade brasileira; esta redução é fruto do próprio processo de desenvolvimento. Assim, nos setores de infra-estrutura e insumos básicos, o apoio do Banco antecedeu à criação de importantes "holdings" setoriais do Estado, bem como à ampliação e diversificação das empresas públicas, que se consolidaram em modernas estruturas empresariais. Muitas destas empresas têm atualmente as maiores responsabilidades no suporte financeiro e na definição das políticas dos setores em que atuam, principalmente em virtude da expressiva capacidade de auto-financiamento.

Ainda assim, o Sistema BNDES continuou a ter um importante papel em diversos setores da esfera pública, ao lado da sua diversificação e amplo apoio aos investimentos privados, seja pela concepção e implantação de programas setoriais, pelo equacionamento e fomento de projetos de alta qualidade, como também pela colaboração ao desenvolvimento organizacional das empresas.

Recentemente, o Governo Federal promoveu uma alteração importante na missão do BNDES: a sua escolha para administrar o FINSOCIAL. Com isto, ampliaram-se as responsabilidades do Sistema na direção de um maior comprometimento com a questão social. É dizer, a missão do BNDES inclui o apoio a programas de assistência social, bem como adiciona à sua ação financiadora um compromisso maior com as questões pertinentes ao desenvolvimento regional e com a ampliação de uma infra-estrutura social básica.

Além disso, foi atribuída ao BNDES a gestão do Fundo da Marinha Mercante, ampliando o campo de ação do Banco à construção naval, atividade afim, aliás, com a ação tradicional do Sistema no setor industrial e de transportes.

No período recessivo recente, o Sistema BNDES procurou, em consonância com sua missão, preservar a indústria nacional e dar continuidade à industrialização, apoiando os grandes projetos substituidores de importação em andamento, o desenvolvimento da

infra-estrutura de transportes e os investimentos correntes na indústria onde ainda houvesse a oportunidade para tal.

Com a perspectiva de recuperação da economia, como explicitado adiante, reafirma-se, de forma ainda mais decisiva, a missão institucional do Sistema BNDES de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, de acordo com suas políticas gerais de atuação.

IV - A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E OS OBJETIVOS DO SISTEMA BNDES PARA O PRÓXIMO TRIÊNIO

No estudo "Cenários para a Economia Brasileira - 1984/1990", do próprio Sistema BNDES, considerou-se que a recuperação da economia poderia ser efetivada com uma taxa média de crescimento do Produto de 7,7% a.a. entre 1985 e 1990, ampliando-se o nível de emprego e permitindo a melhoria das condições de vida da população.

Três seriam os componentes básicos do processo de retomada do crescimento econômico. Em primeiro lugar, o crescimento das exportações, que já no ano corrente levou à recuperação das indústrias que se voltaram para o mercado externo, juntamente com a demanda gerada pelo sucesso dos setores agrícolas, deu início a um processo que já começa a se refletir no mercado interno.

Apenas o impulso exportador parece insuficiente para garantir uma retomada efetiva e sustentada, tornando-se necessário que outros componentes de demanda se ativem. Os cenários identificam a recuperação gradual dos salários reais, acompanhando o aumento da produtividade, como um dos elementos fundamentais ao processo de retomada, na medida em que desta forma crescerá o consumo, reativando-se assim os setores que produzem exclusivamente para o mercado interno.

Finalmente, um terceiro elemento é essencial para o aumento da demanda interna. Trata-se do crescimento dos investimentos, que se reduziram significativamente nos dois últimos anos.

A capacidade de investir do setor público está em processo de recuperação e deverá crescer rapidamente com a retomada. Já atualmente o setor público está gerando superávits fiscais, que, com a retomada, tenderão a crescer, dado o ritmo mais

acelerado de crescimento das receitas públicas em relação ao pro
duto. Isto porque no período recente foi aumentada não só a ba
se de incidência dos impostos, como as alíquotas e a capacidade
de cobrança do Estado. Será possível aumentar os investimentos
e gastos sociais de forma a melhorar o atendimento das necessidada
des básicas da população, pela ampliação e modernização dos ser
viços sociais.

O setor privado também passou por um importante process
so de ajustamento no período recente. Reorganizou-se, reduziu
custos, reduziu o nível de endividamento. Com a retomada e o
rápido aumento de produtividade que lhe é associado, tenderá a
gerar lucros expressivos, que garantem a capacidade de investir
do setor privado.

O crescimento dos investimentos permitirá a recuperaç
ção dos setores de bens de capital e insumos básicos, bem como
da construção civil, reestimulando toda a economia, pelos efeiti
tos indiretos que lhe são próprios. Além disso, permitirá um au
mento mais rápido do nível de emprego, já que é no processo de
investimento que isto se verifica.

A recuperação do investimento, garantindo a continuada
de do crescimento a taxas elevadas, permitirá a mais rápida ex
pansão do emprego. A consequência, juntamente com o crescimento
dos gastos sociais, será a melhoria da qualidade de vida e a dis
tensão social.

A ação conjugada destes elementos - exportações, amen
to dos salários reais, aumento dos investimentos e dos gastos so
ciais - tem condições de levar a uma retomada do desenvolvimento
nos níveis previstos no cenário, e de forma sustentada e consis
tente.

Por outro lado, espera-se um efeito favorável sobre a
inflação. Muitos fatores contribuem para que se tenha uma expec
tativa de redução da inflação.

Em primeiro lugar está a retomada do crescimento às taxas históricas brasileiras, já que no Brasil taxas mais elevadas de crescimento estão associadas a taxas menores de inflação. As empresas industriais, ao ocuparem sua capacidade, terão seus custos unitários reduzidos, podendo transferir parte deste ganho ao consumidor. Por outro lado, o crescimento da produção agrícola, especialmente a produção voltada para o mercado interno, deverá ter um efeito positivo. As políticas monetária e de crédito, compatíveis com a retomada, também deverão ter um efeito favorável, com a redução da taxa de juros. Ou seja, o próprio processo de retomada é indutor da queda na taxa de inflação.

Por outro lado, os preços externos também representam um componente favorável, já que se espera que os preços do petróleo permaneçam abaixo do preço real de 1983 até 1990. Admite-se também que a política cambial será neutra em relação à inflação, sem novas máximas desvalorizações. Quanto aos preços internacionais de nossos produtos exportáveis, comportamento este difícil de se prever, considera-se que os efeitos de seus eventuais aumentos sobre o mercado interno poderiam ser evitados, pelo estabelecimento de cotas de exportação, como é tradicional na política econômica brasileira.

A revisão da política salarial poderia ter em tese um efeito inflacionário. No entanto, a redução dos custos unitários já referidos, com a melhoria da produtividade da indústria, indica que não existirá este efeito. Isto porque, mesmo em períodos que não o de retomada (no qual a produtividade cresce a taxas muito elevadas), o avanço normal da produtividade já permite aumentos reais de salário. Os aumentos reais de salários até o limite do aumento da produtividade não têm efeito inflacionário.

Embora se preveja uma redução da inflação, deve ser observado que a sociedade brasileira criou mecanismos adequados à convivência com o processo inflacionário. Mesmo se este se situa em patamares elevados, o país é capaz de crescer a taxas também

elevadas, comportamento este considerado impensável em países desenvolvidos, mas que já se incorporou à nossa experiência histórica.

A análise efetuada delineou, portanto, um cenário possível e desejável de retomada e auto sustentação do desenvolvimento econômico e social do país.

Paralelamente, coloca-se a importante questão de como financiar o novo ciclo de expansão da economia brasileira. No futuro próximo o país não poderá contar com créditos externos adicionais, devendo apenas manter o valor atual da dívida. Assim sendo, as fontes internas de financiamento às empresas deverão recuperar, ou mesmo ultrapassar, o papel que já tiveram no passado. Deste modo, a demanda interna de recursos de longo prazo deverá crescer rapidamente. Sendo o Sistema BNDES o principal fornecedor de crédito de longo prazo, não estará em condições de cumprir adequadamente sua missão desenvolvimentista caso seja mantida a atual disponibilidade de recursos.

No período de 1975 a 1979 a participação dos recursos ordinários (ou seja, desconsiderando-se os recursos vinculados tais como o Proálcool, FINSOCIAL e Fundo da Marinha Mercante) na Formação Bruta do Capital Fixo oscilou entre 7 e 8%, representando a fase de maior disponibilidade de recursos do Sistema BNDES. Nos três anos seguintes estes recursos reduziram-se significativamente, passando a representar 5,7%, 4,8% e 5,6% da Formação Bruta de Capital Fixo em 1980, 1981 e 1982, respectivamente.

No quadro de uma retomada do desenvolvimento seria necessária uma elevação dos recursos próprios do Sistema BNDES, de modo não só a recuperar o nível já alcançado mas também o suficiente para ocupar o espaço que o crédito externo não terá condições de atender. Considerando-se que a participação adequada para aplicações com recursos ordinários do Sistema BNDES deveria situar-se em cerca de 9% da Formação Bruta de Capital Fixo, será necessária uma mobilização crescente de recursos a cada ano.

TABELA 13

RECURSOS ORDINÁRIOS NECESSÁRIOS E DEMANDA
IDENTIFICADA AO SISTEMA BNDES - 1985/1987

Cr\$ bilhões de 1984

ANOS	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (1)	Participação dos Recursos Ordinários	Recursos(2) Ordinários Necessários	Demanda Identificada (3)
1985	75.040,2	9,0	6.753,6	8.571,3
1986	85.941,9	9,0	7.734,8	8.128,7
1987	101.637,6	9,0	9.147,4	7.485,6

- (1) Calculou-se a Formação Bruta de Capital Fixo a partir das hipóteses do "Cenário Retomada", a preços de 1984.
- (2) Recursos ordinários correspondentes a 9% da Formação Bruta do Capital Fixo, considerado o nível adequado a ser atingido.
- (3) Corresponde a demanda identificada pelas áreas operacionais do Sistema BNDES, envolvendo compromissos assumidos, projetos com prioridade concedida e projetos prováveis de solicitarem colaboração ao Banco.

Observa-se que nesse período as aplicações com recursos ordinários precisam mais do que duplicar em termos reais, em relação ao valor do orçamento executado em 1984 (Cr\$4,1 trilhões).

O FINSOCIAL, embora adequado no que se refere ao volume de recursos disponíveis, demanda alguns aperfeiçoamentos de caráter institucional. Assim, é preciso que o Fundo represente uma fonte adicional e não substitutiva às já existentes pois, caso contrário, não será possível ampliar efetivamente os investimentos na área social. Por outro lado, deve-se agilizar e regularizar a tramitação dos recursos desde o recolhimento pelas empresas até o seu repasse ao BNDES evitando-se a sua desvalorização monetária.

Assim sendo, tendo em vista a viabilidade da retomada do crescimento econômico, a defasagem no atendimento às carên-

cias sociais da população e a necessidade de equacionar recursos para o financiamento ao novo ciclo de expansão, definem-se os seguintes objetivos para o Sistema BNDES no próximo triênio:

- a retomada do desenvolvimento econômico, garantindo a continuidade do processo de industrialização;
- a redução da pobreza através da modernização e expansão dos serviços sociais básicos e da ampliação da produção de alimentos;
- a ampliação da base de recursos próprios do Sistema BNDES, de forma a torná-la compatível com o novo ciclo de expansão da economia brasileira.

V - ESTRATÉGIA DE AÇÃO

A retomada do desenvolvimento econômico e social exige uma estratégia específica para garantir-lhe continuidade e auto-sustentação. Não só é necessário recuperar os diversos componentes da demanda, como também é preciso equacionar a evolução da oferta, no sentido de criar condições para o dinamismo interno, evitando o aparecimento de novas fontes de estrangulamentos e buscando elevar o patamar de desenvolvimento do país. No campo social, além do aumento do emprego, é necessário ampliar a oferta dos serviços sociais básicos.

No nível atual de integração já atingido pela economia brasileira, o crescimento econômico não será determinado pelo dinamismo de um único setor. A retomada atravessará todo o conjunto da economia, implicando investimentos, já em curto prazo, em inúmeros setores.

Por outro lado, os próximos anos não deverão se caracterizar por grandes projetos. Será uma fase de melhor aproveitamento da capacidade produtiva instalada, da racionalização e otimização dos investimentos já realizados, da ampliação gradual da capacidade de produção.

Neste quadro é formulada a estratégia de atuação do Sistema BNDES, com o horizonte dos próximos três anos. Esta estratégia é limitada ao campo específico do Sistema BNDES, não sendo abordadas outras áreas fundamentais ao desenvolvimento econômico e social fora do seu âmbito de atuação.

1) Implantação e desenvolvimento dos setores tecnológicos de ponta

Em primeiro lugar encontram-se os investimentos visando à implantação e ao desenvolvimento dos setores tecnológicos de

ponta, em especial a informática, a microeletrônica e a química fina. O país já tem hoje a maturidade industrial suficiente para lhe permitir ingressar nessas áreas de avançada tecnologia, representando esta etapa um novo salto na qualidade de nosso parque industrial. Ela permitirá não só reduzir o "gap" com os países desenvolvidos como também garantir, através da incorporação das novas tecnologias, uma contínua modernização do parque industrial e mesmo da agricultura brasileira. Criam-se assim as condições de sustentação do dinamismo e de atualização tecnológica necessárias à manutenção da capacidade de concorrência internacional e ao rápido desenvolvimento do país.

O apoio do setor público ao desenvolvimento destes setores deve se dar através de estímulo à implantação das novas indústrias, mas especialmente buscando viabilizar uma crescente autonomia nacional, pela absorção e desenvolvimento de tecnologia. A opção por dar prioridade a estes setores decorre do fato que eles provocarão uma profunda mudança na indústria em geral, alterando significativamente os equipamentos e processos hoje existentes, além de significarem provavelmente uma verdadeira revolução na área dos serviços. Assim sendo, é necessário dotar o país da capacidade de realizar estas transformações com recursos internos e manter o seu parque industrial permanentemente atualizado.

2) Modernização e expansão da capacidade produtiva

Em poucos casos se apresentarão, nos próximos três anos, oportunidades para a implantação de empreendimentos industriais novos fora dos setores de ponta. Entretanto, outros tipos de investimento já se viabilizarão a curto prazo.

Neste caso estão os investimentos visando ao desengargalamento ou à modernização de fábricas existentes, e que implicam também o aumento de capacidade. Muitas empresas, com investimentos relativamente pequenos, podem obter um aumento de produ

tividade significativo em suas fábricas, conseguindo uma capacidade produtiva superior à nominal projetada, inclusive pela automação dos processos produtivos, que deverá ter um forte impulso no período.

Finalmente, um terceiro tipo de investimento a ser apoiado será a ampliação propriamente dita das fábricas cujas capacidades de produção estejam esgotadas ou próximas de se esgotar.

Estes dois últimos tipos de investimento se apresentam a prazo curto, com a retomada, tanto em setores pesados, como siderurgia e celulose, quanto em outros projetos substituidores de importação ou que destinem parte de sua produção à exportação. Neste último caso encontram-se aqueles segmentos industriais que, com o crescimento recente de suas exportações, tendem a ver sua capacidade de produção rapidamente ocupada com a recuperação do mercado interno. Assim sendo, para que as empresas não sejam forçadas a reduzir suas exportações, o que é indesejável neste momento em que o país necessita gerar importantes superávits comerciais, deve-se iniciar a curto prazo investimentos de ampliação para o atendimento ao mercado interno.

Além dos investimentos indicados, buscando o atendimento do mercado e a implantação de novos setores, a estratégia do BNDES visará à rápida difusão das novas tecnologias, buscando otimizar a geração e aproveitamento de tecnologia nacional.

Neste sentido, deve-se comentar o espaço que cabe ao Sistema BNDES no quadro de uma política tecnológica para o país. Enquanto as atividades exploratórias de novas tecnologias e de sua experimentação em escala piloto cabem a outros órgãos da administração pública brasileira, a consolidação do desenvolvimento tecnológico pela implantação de unidades em escala industrial e a sua difusão a todo o parque industrial são atividades próprias da missão do Sistema BNDES. Este papel assumirá importância no futuro próximo, para o que o Sistema BNDES deverá buscar

o apoio das firmas de engenharia nacionais, cuja participação de verá priorizar nos projetos que vier a apoiar.

3) Expansão e modernização da infra-estrutura econômica

Pelos expressivos efeitos multiplicadores que têm sobre o conjunto da economia, bem como pelo seu significado em termos de mudança na matriz de consumo energético, os investimentos em infra-estrutura representam uma das mais importantes frentes de investimentos para a retomada.

Por outro lado, os investimentos em infra-estrutura de vem estar ligados ao objetivo de melhorar as condições de vida da população, seja pela redução dos custos de transporte e armazenagem dos produtos agrícolas, em especial dos alimentos básicos, seja pela melhoria de infra-estrutura urbana de transporte, que tem segnificativos efeitos na qualidade de vida.

Os transportes de carga, tanto os corredores ferroviários quanto o sistema portuário, necessitam de expansão e modernização; nos transportes urbanos, as redes de transporte de massa ainda estão incompletas e insuficientes; e o transporte e distribuição de gás são áreas que, dependendo dos resultados das pesquisas em andamento, deverão ser implantadas ou expandidas.

4) Ocupação da fronteira agrícola

Esta é uma frente de investimentos que se abre para o país, e que tem um importante significado na estratégia da retomada. Ela representa a possibilidade de um salto quantitativo em nossa produção agrícola, em especial a produção de alimentos. O potencial dos cerrados, do Centro-Oeste e do Norte para a produção de grãos é enorme, podendo representar sua ocupação uma mudança radical no significado da produção agrícola no conjunto da economia nacional. Também deve ser mencionada a ocupação eficiente da fronteira agrícola no interior das regiões tradicional

mente produtoras, especialmente as unidades voltadas para a produção de alimentos básicos. Estas possibilidades assumem especial importância quando se sabe que a nossa produção de alimentos está estagnada há alguns anos, e torna-se necessário viabilizar o rápido aumento da oferta a preços mais baixos, no sentido de permitir uma melhoria do padrão alimentar de nossa população.

Esta ocupação deverá ser feita pela implantação de empreendimentos integrados, e com atualizado conteúdo tecnológico, tornando a agricultura menos vulnerável aos fatores climáticos. Será, assim, uma agricultura moderna, necessitando de investimentos importantes não só na implantação dos empreendimentos propriamente ditos, mas também na infra-estrutura de transportes, armazenagem e energética.

5) Ampliação e modernização dos serviços sociais

Na área social há importantes ações a realizar tanto em investimentos quanto no oferecimento de serviços. Dentro do campo de ação específico do BNDES, a quem cabe gerir o FINSOCIAL, a estratégia básica é ampliar quantitativa e qualitativamente a oferta de serviços e assistência à população mais carente. É necessário que o órgão gestor possa agir de maneira mais ativa e com maior autonomia de decisão na aplicação dos recursos. Assim sendo, o BNDES poderá repassar recursos tanto a estados quanto a municípios, além de entidades federais, para aplicações em projetos analisados segundo critérios técnicos adequados, e com uma visão plurianual, o que não é possível de acordo com a prática orçamentária da União. Portanto, será possível descentralizar a aplicação destes recursos, mas com uma visão global de prioridades e de otimização de seus resultados. Além disso, será possível o apoio a projetos integrados que organizem num mesmo espaço todos os serviços sociais.

Neste sentido, uma estratégia importante para o Sistema BNDES será consolidar-se como gestor do FINSOCIAL, principalmente pela sua regulamentação.

VI - DIRETRIZES PARA AÇÃO

As diretrizes abaixo apresentadas exprimem, a nível setorial e social, as estratégias definidas no capítulo anterior, constituindo-se em orientação a ser seguida pelo Sistema BNDES em sua ação institucional e como órgão financiador.

1 - DIRETRIZES SETORIAIS

1.1) Implantação e Desenvolvimento dos Setores Tecnológicos de Pontai) Informática e microeletrônica

- ação institucional para o aperfeiçoamento e consolidação da Política Nacional de Informática e o estabelecimento de uma política para o setor de microeletrônica, que garantam a viabilização e a capacitação tecnológica de empresas de efetivo controle nacional;
- implantação e adequação de empreendimentos no setor de microeletrônica;
- apoio financeiro à comercialização de produtos de informática fabricados por empresas de efetivo controle nacional;
- implantação e desenvolvimento de empresas fabricantes de produtos de informática de maior complexidade tecnológica e de maior porte, inclusive sistemas de controle de processo, automação industrial e automação de serviços;
- desenvolvimento e comercialização de "software" por empresas de efetivo controle nacional;
- desenvolvimento tecnológico de empresas do setor de informática e microeletrônica;
- apoio à introdução da informática no processo produtivo e administrativo das empresas nacionais.

ii) Química e petroquímica

- implantação de empreendimentos de química fina que visem ao incremento da produção nacional de insumos, intermediários de síntese e catalisadores;
- adaptações estruturais das empresas, que visem ao aumento da participação nacional no controle do setor, de modo a estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento internas;
- apoio à melhoria da eficiência do processo produtivo, especialmente aos projetos que incorporem soluções de desenvolvimento e autonomia tecnológicos;
- implantação ou expansão de projetos da indústria de transformação de produtos químicos com elevado conteúdo tecnológico a nível de processo ou produtos, tais como plásticos de engenharia, resinas e fibras especiais;
- expansão e implantação de empreendimentos petroquímicos visando ao atendimento do mercado interno e ao incremento de exportações, quando envolverem desenvolvimento interno ou absorção de tecnologia.

1.2) Modernização e Expansão da Capacidade Produtivai) Siderurgia

- conclusão dos projetos em curso, visando atender a expansão da demanda interna e o mercado de exportação, tendo em vista o elevado grau de utilização da capacidade hoje instalada;
- atualização tecnológica do setor, mediante investimentos que propiciem avanços substanciais em termos de produtividade, qualidade dos produtos e economia de custos de produção, mantendo a competitividade já adquirida;

- minimização dos problemas de poluição ambiental tanto nas siderúrgicas em operação quanto nos projetos a serem implantados ou expandidos;
- superação dos gargalos de infra-estrutura existentes fora das usinas siderúrgicas, com vistas à rápida circulação e diminuição dos custos de transporte tanto dos insumos como dos produtos siderúrgicos;
- ação institucional visando à integração do Sistema BNDES no planejamento de médio/longo prazo para o setor siderúrgico, contemplando o dimensionamento da capacidade instalada, e buscando o equacionamento definitivo da situação financeira das empresas, com o objetivo de dar-lhes a liquidez necessária e recompor-lhes a capacidade de investimento.

ii) Celulose e papel

- expansão da capacidade de produção de celulose visando tanto ao suprimento da demanda interna quanto à ampliação da participação do Brasil no mercado mundial;
- implantação de unidades de pasta de alto rendimento visando ao aumento de sua participação na composição de papéis e à liberação de maior volume de celulose para exportação;
- melhoria da eficiência no processo produtivo do papel, especialmente no segmento de empresas de médio porte, visando, inclusive, à redução do consumo específico de celulose na produção de papel;
- aumento da capacidade de produção de papel visando à substituição de importações existentes, atender o crescimento do mercado interno e o incremento das exportações.

iii) Fertilizantes e calcário agrícola

- apoio a pesquisas econômicas e tecnológicas destinadas ao desenvolvimento de produtos fertilizantes mais adequados às diversas condições de clima e solo do país;
- melhoria de rendimento das unidades industriais produtoras

de fertilizantes, em especial das usinas concentradoras de fosfato;

- ação institucional no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Calcário Agrícola, reexaminando-se, em especial, a legislação existente, os métodos de difusão do uso, o programa de pesquisas para aplicação adequada de corretivos, bem como os sistemas de transporte e distribuição e as condições de crédito;
- apoio a projetos que vinculem a produção de fertilizantes à utilização de matérias-primas e insumos energéticos de origem nacional;
- regionalização da oferta de fertilizantes, buscando minimizar o efeito dos custos de transporte sobre o preço final dos produtos.

iv) Pesquisa mineral, mineração e metalurgia de não-ferrosos

- continuidade dos programas de pesquisa mineral voltados para a descoberta de jazidas de metais básicos (cobre, chumbo, zinco), ouro, enxofre, potássio e amianto;
- desenvolvimento e aproveitamento econômico de jazidas na província mineral de Carajás, buscando primordialmente a sua integração física e econômica à estrutura produtiva do país;
- implantação ou expansão de unidades metalúrgicas cujo suprimento de concentrados esteja equacionado a partir de jazidas existentes no país;
- desenvolvimento de pesquisas tecnológicas no setor mineral, em especial no campo da metalurgia extrativa, com vistas ao aproveitamento dos minérios de metais estratégicos, tais como o titânio, o nióbio, o vanádio e o molibdênio, entre outros;
- implantação de minas destinadas à produção de carvão meta-

lúrgico e modernização tecnológica das minas já implantadas;

- minimização do impacto sobre o meio ambiente dos empreendimentos do setor, que usualmente apresentam problemas de desequilíbrio ecológico.

v) Bens de capital

- continuidade das ações visando à preservação e fortalecimento das empresas relevantes do segmento efetivamente nacional do setor, apoiando, inclusive, de forma diferenciada, projetos que privilegiem a compra de equipamentos em empresas de efetivo controle nacional;
- ação institucional no sentido de criar instrumentos que induzam as empresas estatais a aquisições de equipamentos preferencialmente nas empresas de efetivo controle nacional;
- busca de caminhos para uma ação mais agressiva na exportação, com ênfase na criação de mecanismos de financiamento, e procurando equacionar um apoio institucional mais eficaz à articulação do setor industrial com o de serviços de consultoria e engenharia nacionais;
- geração e absorção de tecnologia, visando à contínua atualização do setor, buscando uma articulação mais efetiva entre os setores demandantes e o segmento de bens de capital sob encomenda.

vi) Bens de Consumo

- apoio a empreendimentos voltados para exportação;
- modernização do setor, voltado tanto para o mercado interno quanto para a exportação;
- investimentos em aumento da capacidade de bens de consumo à medida que o crescimento da demanda, em segmentos específicos, vier a exigí-los.

vii) Álcool e biomassa

- continuidade do apoio ao Proálcool;
- melhoria de produtividade das usinas já implantadas, inclusive na parte agrícola;
- minimização dos problemas de poluição ambiental no setor;
- implantação de florestas energéticas quando associadas a empreendimentos consumidores;
- aproveitamento de resíduos com fins energéticos.

viii) Cimento

- continuidade do apoio à racionalização de uso de energia e à substituição de derivados de petróleo;
- implantação de projetos de expansão em regiões carentes de oferta ou que tenham grande potencial de crescimento da demanda, como as regiões Norte e Centro-Oeste.

1.3) Expansão e Modernização da Infra-Estrutura Econômicai) Transporte de carga

- implantação dos corredores de exportação e otimização da malha ferroviária de carga voltada para a integração do país. Ampliação da área servida pela malha, iniciando-se obras em variantes e ramais. Maior integração intermodal, incluindo um melhor aproveitamento do potencial hidroviário;
- expansão e modernização do sistema portuário visando o comércio exterior e o inter-regional. Integração com os demais modos de transporte de superfície e sistemas de armazenagem;
- ação institucional no sentido de estimular e promover a reorganização e a racionalização operacional do setor de

transporte ferroviário e do sistema portuário, especialmente nas áreas de desenvolvimento tecnológico, de ação comercial e de revisão tarifária;

- no transporte hidroviário, fortalecimento do armador nacional de longo curso, cabotagem e navegação interior, aumentando a proporção de embarcações próprias em relação às afretadas, em articulação com a indústria de construção naval, visando a conquista de maior parcela do volume total de cargas transportadas no país e a dinamização dos estaleiros nacionais.

ii) Infra-estrutura urbana

- conclusão dos sistemas de transporte ferroviário de passageiros de subúrbio e das redes de metrô;
- implantação de projetos integrados de transporte urbano e otimização dos sistemas existentes. Implantação de modalidades de transporte de passageiros que melhorem a qualidade de vida urbana. Ação visando a coordenação dos sistemas de transporte urbano, mediante a institucionalização de autoridades responsáveis pelos transportes nas Regiões Metropolitanas.

iii) Energia elétrica

- expansão das redes de transmissão e distribuição de energia até 138 KV, onde se situa o principal gargalo;
- implantação de unidades de geração em áreas de crescimento acelerado ou em substituição ao consumo de derivados de petróleo;
- implantação de pequenas centrais hidroelétricas e de pequenas centrais térmicas a lenha ou carvão.

iv) Gás natural

- implantação de gasodutos para aproveitamento do gás natural, em especial dos grandes campos ora em avaliação;

- expansão das redes de distribuição para fins residenciais, e industriais, inclusive colaborando para o equacionamento institucional do setor;
- ação institucional no sentido de contribuir para o detalhamento de uma política para o gás no país.

1.4) Ocupação da Fronteira Agrícola

i) Agricultura e Infraestrutura rural

- implantação de empreendimentos integrados, com elevado conteúdo tecnológico, em regiões pioneiras, visando à incorporação de novas áreas ao processo de produção agrícola.
- apoio a projetos no âmbito da infra-estrutura rural (armazenagem, estradas, irrigação, eletrificação rural, pesquisa, etc.) que repercutam diretamente na formação dos custos dos produtos agroindustriais, especialmente aqueles demandados pelo mercado interno;
- ação institucional com o objetivo de colaborar na formulação de uma política norteadora dos investimentos na malha rodoviária, notadamente as estradas vicinais.

2 - DIRETRIZES PARA A AÇÃO NA ÁREA SOCIAL

i) Diretrizes gerais

- apoiar, na área social, o desenvolvimento de:
 - a) programas setoriais prioritários de caráter nacional;
 - b) programas de caráter regional ou local gerados por demandas específicas das comunidades carentes;
 - c) programas que atuem multisetorialmente visando à promoção de desenvolvimento integrado das comunidades ou grupos específicos, em especial a infância;
 - d) programas que se destinem à adequação dos serviços sociais básicos nas periferias dos grandes centros urbanos.
- contribuir para a melhoria e modernização administrativa, técnica e financeira de órgãos e empresas atuantes na área social, especialmente nas esferas estadual e municipal, procurando adequar o apoio financeiro ao caráter plurianual dos investimentos, inclusive pela garantia de fluxo atualizado de recursos.

ii) Saúde

- apoio à ampliação, consolidação e melhoria de capacidade operacional e resolutiva das redes públicas de serviços básicos de saúde em áreas rurais e periféricas dos centros urbanos, inclusive através da hierarquização e regionalização de serviços;
- apoio a projetos de implantação ou ampliação de serviços simplificados de saneamento básico;
- intensificação dos programas de controle de doenças transmissíveis, endêmicas e diarréicas;
- apoio aos programas governamentais de assistência farmacêutica

tica, visando ao adequado suprimento das redes públicas de atendimento de saúde com medicamentos essenciais;

- ação institucional visando ao aperfeiçoamento da capacidade de planejamento e programação dos órgãos públicos do setor saúde.

iii) Educação

- ações dirigidas à criação de condições propícias à elevação do tempo de permanência do aluno na escola e ao aumento da eficiência do processo de ensino-aprendizagem, visando à redução dos índices de evasão e repetência, com concentração de esforços sobre as 1ª e 2ª séries do 1º grau;
- adequação - mediante ampliação, reforma e realocação/ redistribuição espacial - da rede pública de ensino de 1º e 2º graus;
- provimento de mobiliário e equipamento necessário ao bom funcionamento das unidades escolares, inclusive o mobiliário e equipamento para as cantinas, visando à preparação da alimentação escolar;
- provimento de material didático-pedagógico para uso dos professores e de material escolar básico para os alunos;
- apoio à expansão e melhoria de qualidade do atendimento à criança em idade pré-escolar, especialmente através de ações que visem à assistência integral à infância;
- modernização das estruturas públicas de administração da educação, abrangendo os aspectos referentes à capacitação de reursos humanos e aos sistemas de informação, planejamento programação e controle das atividades educacionais.

iv) Alimentação

- ação institucional objetivando o desenvolvimento de programas destinados ao fomento da atividade produtiva de alimen

tos básicos, tendo a melhoria de produtividade como vetor preferencial do aumento de produção;

- alocação de recursos para investimento fixo e custeio, que configurem efetivamente melhoria do padrão de manejo tecnológico e operação técnica das unidades produtivas;
- fomento ao associativismo rural, sob orientação e administração efetiva dos serviços de extensão rural;
- continuidade dos programas de distribuição gratuita e subsidiada de alimentos às populações necessitadas, com reforço da posição do poder público estadual visando a sua crescente regionalização.

VII - RECURSOS E APLICAÇÕES

Para a execução do Plano Estratégico, identificou-se uma necessidade de recursos tal que o Sistema BNDES atinja um nível de participação das aplicações com recursos ordinários na formação bruta do capital fixo de 9%. Esta participação é ligeiramente superior aos 8% já atingidos na década passada, devido à maior demanda por crédito interno que se espera no futuro próximo.

O quadro a seguir apresenta as fontes disponíveis, e os recursos adicionais necessários, para os quais não se tem até o momento fonte assegurada. Para a realização do volume total de recursos, faz-se necessária uma ação institucional e política específica, bem como a identificação de mecanismos possíveis de capitalização ou outras transferências de recursos, que serão objeto de detalhamento nas Diretrizes Internas para a Execução do Plano Estratégico.

Observe-se que, mesmo que o Sistema BNDES capte o volume de recursos estimados como necessários, ainda haveria uma pequena parcela de demanda potencial identificada não atendida nos próximos dois anos, conforme apresentado no mesmo quadro.

ORÇAMENTO INDICATIVO PARA O PERÍODO 1985/87

DISCRIMINAÇÃO	Em Cr\$ bilhões de 1985 ^{1/}		
	1985	1986	1987
<u>ENTRADAS</u>	30.602	34.326	38.084
<u>DISPONIBILIDADES PREVISTAS</u>	25.248	27.300	27.900
Geração Interna	11.214	11.400	11.700
PIS/PASEP	1.800	2.500	2.600
FMM (vinculado)	1.900	2.100	2.300
FINSOCIAL (vinculado)	4.700	4.900	5.100
Dotação Orçamentária para Capital (vinculado)	129	150	150
Empréstimos no País (vinculado)	290	310	350
Empréstimos no Exterior (em moeda-US\$ 550 mi)	2.700	2.700	2.700
Financiamentos Externos (Linhas de Créd. Vinc.)	1.215	1.240	1.300
Empréstimos no Exterior Complementares (Moeda)	1.300	2.000	1.700
<u>NECESSIDADES ADICIONAIS</u> ^{2/}	<u>5.354</u>	<u>7.026</u>	<u>10.184</u>
<u>SAÍDAS</u>	30.602	34.326	38.084
<u>APLICAÇÕES</u>	25.388	28.346	32.434
<u>c/Recursos Ordinários (9% da FBCF)</u>	<u>17.154</u>	<u>19.646</u>	<u>23.234</u>
<u>c/Recursos Vinculados</u>	<u>8.234</u>	<u>8.700</u>	<u>9.200</u>
<u>SERVIÇO DA DÍVIDA</u>	<u>4.614</u>	<u>5.300</u>	<u>4.900</u>
<u>OUTROS</u>	600	680	750
Demanda Identificada para Aplicação em			
Recursos Ordinários	21.771	20.646	19.013

^{1/} Considerada uma inflação de 130% em 1985, sendo que a média de precisão de 1985 sobre a média de 1984 está estimada em 160%, conforme fixado pela SEST;

^{2/} Correspondem aos recursos adicionais necessários para que as aplicações com Recursos Ordinários atinjam os 9% da FBCF, conforme a proposta constante nos itens anteriores do Plano Estratégico.